

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-8-2020.

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Decreto Legislativo nº 005/20 (Processo nº 0243/20), de autoria de Mônica Leal. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Luciano Alabarse, Secretário Municipal de Cultura, que se pronunciou acerca da Lei Federal nº 14.017, de vinte e nove de junho de dois mil e vinte, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de vinte de março de dois mil e vinte. Em continuidade, pronunciaram-se sobre o tema em debate Engº Comassetto, Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Roberto Robaina, Marcelo Sgarbossa e João Bosco Vaz. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Luciano Alabarse. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cláudia Araújo e Engº Comassetto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger e Felipe Camozzato. Em prosseguimento, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 008 e 012/20, o Projeto de Lei do Legislativo nº 233/19, os Projetos de Lei do Executivo nºs 013, 014, 015 e 016/20 e o Projeto de Resolução nº 002/20. Às dezesseis horas e trinta e um minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h15min: Havendo quórum, dou por aberta a 33ª Sessão Ordinária. Passo a palavra ao diretor Luiz Afonso, para que apregoe as matérias que foram encaminhadas à Mesa, para dar conhecimento ao plenário da Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições encaminhadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Hoje temos o comparecimento do Sr. Luciano Alabarse, Secretário Municipal de Cultura, que abordará a Lei Aldir Blanc, Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O Sr. Luciano Alabarse, Secretário Municipal da Cultura, está com a palavra.

SR. LUCIANO ALABARSE: Obrigado pelo convite; sem dúvida, eu aceitei com prazer, como aceitei em outras oportunidades. Estou aqui, basicamente, para falar sobre a iminente implantação da Lei Aldir Blanc. Como eu não sei, exatamente, se o grupo conhece a lei e qual é o seu universo de atuação, eu vou dar um parágrafo sobre ela, depois a gente, imediatamente, responde as dúvidas, perguntas, enfim, para que a gente converse sobre essa lei, realmente, importante para a cultura. É uma lei fruto de um desespero, ela nasce do desespero da categoria cultural brasileira que, desde março, praticamente, se viu impedida de trabalhar. Os locais de trabalho de todas as categorias artísticas foram fechados para evitar aglomeração em função de todas as normas de saúde pública; casas de shows, teatros, circos, escolas de dança, tudo foi fechado, não só os espaços convencionais de apresentações, como também os espaços informais. Com isso, não só os artistas, mas toda a cadeia produtiva da cultura, no Brasil, se viu impedida. Artistas, com raríssimas exceções, não têm emprego fixo, não têm carteira assinada, recebem quando trabalham; vivem, literalmente, do seu trabalho, do trabalho efetivado. Sem a oportunidade de apresentações, a situação ficou muito difícil para todos, não só para aquele que está lá na ponta, mas também para os que trabalham circulando ao seu redor. Então, técnicos, costureiras, figurinistas, uma série muito grande de milhares de pessoas estão sem trabalho. Diante disso, desse clamor, entidades de classe, representantes dos artistas chegaram-se a movimentos, a políticos, e isso resultou numa lei emergencial de auxílio federal que quer abarcar todos os estados brasileiros e todos os municípios, ou seja, é uma lei ambiciosa na sua meta e para a qual foram destinados R\$ 3 bilhões. Essa lei já foi sancionada pelo Presidente e aguarda a devida regulamentação que não saiu e que está atrasada em relação ao cronograma inicial previsto. A CNM – Confederação Nacional dos Municípios – está fazendo um movimento como poucas vezes se viu; todos os secretários estaduais de cultura estão envolvidos, todos os secretários municipais de grandes, médias e pequenas

idades estão construindo a lei. A lei é, basicamente, embasada em três eixos. Vou falar aqui, rapidamente, de cada um deles. Lembrando, como disse, que os estados e municípios recebem os benefícios financeiros a que ela se propõe. O primeiro eixo é um auxílio para pessoas físicas da cadeia, não só artistas, mas todas aquelas pessoas que eu estava nominando. É um auxílio emergencial para pessoa física, absolutamente igual a esse que foi distribuído pela Caixa Federal, e com parâmetros. Serão três aportes de R\$ 600, e há uma série de prerrogativas para aqueles que se cadastrarem para receber esse benefício. Esse eixo da lei, essa ação é toda coordenada pela Secretaria Estadual da Cultura dos Estados. Ou seja, é uma lei que, pelo entendimento, porque precisa rede bancária, sistemas interligados e muitos municípios do Brasil não teriam condições de, através da sua secretaria municipal, fazer frente, ficou integralmente colocada no colo do Estado, ou seja, da Secretaria Estadual da Cultura.

O segundo eixo é o contrário: ele recai completamente sobre o Município, a responsabilidade é da Secretaria Municipal da Cultura, que é um eixo que vai atender a grupos e espaços culturais. Esses grupos e espaços culturais terão a possibilidade de se inscrever e se cadastrar para receberem o benefício, que poderá ser de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil por espaço, também durante três parcelas, três meses de benefício. A organização disso é completamente uma atribuição, uma responsabilidade da nossa Secretaria. O que é impressionante é o conceito elástico de espaço cultural que a lei propõe. Isso não sou eu interpretando a lei, está descrito na lei, é tudo que a gente possa imaginar, não só teatros, casas de *shows*. Por exemplo, um bar que tenha apresentações de música às sextas-feiras pode requisitar o *status* para fins da Lei Aldir Blanc de espaço cultural; assim como produtoras médias, grandes e pequenas, sejam de cinema, de audiovisual, etc. Também comunidades que tenham espaços destinados às suas ações podem requisitar o *status* de espaço cultural. É muito distinto do que ter um cadastro, por exemplo, de todos os teatros de uma cidade, ou de todas as academias de dança de uma cidade. A minha equipe trabalha há semanas na ficha cadastral, que estamos lançando hoje para ser disponibilizada - deixei o dia de hoje para dar essa notícia para vocês em primeira mão -, é um mapeamento que nós temos que fazer para saber de que universo a gente está falando. São mil espaços culturais? Dez mil espaços culturais? Porque foge ao parâmetro usual do que a gente entende por cultura, porque todas as atividades lá distantes do Centro estarão contempladas, como espaços indígenas da cidade, quilombolas, etc. É um pré-requisito de um trabalho muito minucioso e que a gente já está na fase final dessa ficha cadastral.

O terceiro eixo, por fim, é compartilhado entre Estado e Municípios. São, digamos assim, as ações mais práticas que a gente vai oferecer, através da lei, como editais, chamamentos públicos, premiações, aquisição de bens, por exemplo. A lei permite que a gente adquira livros, por exemplo, e os distribua às bibliotecas comunitárias. Isso é tão grande que vai ser feito em parceria – Estado e Municípios. Para o Rio Grande do Sul, o Estado vai receber R\$ 155 milhões e, para Porto Alegre, especificamente, o valor que lhe coube da lei, são R\$ 9 milhões. Todo esse mapeamento, cadastramento e inscrições vai ser feito - quando estiver aberto, quando a lei estiver regulamentada e permitir essas inscrições - através da Plataforma + Brasil,

que é nada mais nada menos do que o nosso bom e velho Siconv, que é um sistema que a Prefeitura usa há muitos anos, não é o sistema mais simples de ser utilizado, mas é o que Ministério do Turismo designou nessas infinitas, muitas e muitas reuniões que normatizaram todos os incisos, parágrafos e artigos da lei.

E, por último, para começar a conversa e ver se vocês têm dúvidas sobre a lei, como é que isso funcionará em nível prático? O Estado, por exemplo, tem um grupo gestor e quatro GTs – grupos de trabalho. Aqui no Município, inclusive pelo tamanho do Município, nós vamos trabalhar com três GTs. Isso é uma prerrogativa, cada cidade pode escolher a sua forma de organização para chegar, então, na distribuição dos recursos devidos. Será um grupo técnico, um grupo administrativo e um grupo artístico. O grupo técnico, está no nome, a verba é federal, o recurso é federal e vai entrar – a lei é claríssima – quando uma cidade possui um fundo de cultura, que é o nosso caso, nós temos o nosso Funcultura, é o braço dos fundos da secretaria, vai entrar direto. Não entra no caixa único da Prefeitura essa verba; entra direto no Funcultura. Mesmo assim, os pagamentos que serão feitos, vencidas todas as etapas de inscrição, mérito, julgamento, etc., serão pagos no modelo usual da Prefeitura, e isso requer Secretaria da Fazenda, Planejamento e Gestão, Transparência, PGM e Relações Institucionais. Os técnicos dessas secretarias então compõem esse grupo técnico, que terá que dar conta de todas essas etapas burocráticas da lei. O que nós, que fizemos, que acabamos de lançar e inscrever dois projetos emergenciais com recursos da secretaria vimos é a extrema dificuldade que artistas, grupos e interessados têm de acessar sistemas da internet, acesso à própria internet, muitos e muitos não sabem. Então, esse grupo administrativo terá como tarefa atender aos que não sabem lidar com computador, quem não têm a menor expertise para preencher uma ficha cadastral via Siconv. São muitos, mais do que a gente supõe. Ontem, fiz duas reuniões setoriais, porque a gente faz reuniões todos os dias, com todas as áreas e, às vezes são setoriais, às vezes são reuniões que misturam linguagens, mas, ontem, por acaso, foi com os representantes da cultura indígena da cidade, e depois com os coletivos negros, quilombolas de Porto Alegre, e todos pediam: como vamos nos cadastrar, preencher, reivindicar o benefício, etc. Então, esse comitê, o comitê administrativo de servidores da secretaria tem essa missão de estar acompanhando. Serão, não dezenas, mas centenas de pedidos a serem realmente orientados como é que eles chegam a estar aptos ao benefício. E o terceiro GT, a terceira comissão atende um pedido da classe artística local, eles queriam todos, através das suas associações de classe, sindicatos, grupos de trabalho, associações, etc., participar dos critérios e das escolhas de quem merece ou não, que não fossem apenas os representantes da secretaria que tivessem essa tarefa. Eu acho que isso está completamente certo, é uma lei para artistas, para grupos, para a cadeia produtiva da cultura, então nada mais justo de que sejam eles, através das suas associações, que definam junto, é claro, porque eu serei, em Porto Alegre, enquanto Secretário da Cultura e só por isso, o gestor da lei em todas as suas implicações. Decidimos isso e estamos trabalhando com todas as áreas que vocês possam imaginar que estão contempladas na lei, estamos falando com todas. Isso não começou ontem, isso vem há algumas semanas e tem se intensificado da ansiedade inicial dos artistas de receber

esses benefícios; eles já estão, digamos, muito mais próximos do que diz a lei, do que rezam todas as suas possibilidades. Acho que é isso que tenho para dizer, e o status do trabalho é esse: nós estamos trabalhando em tudo o que é possível trabalhar neste momento, até onde esbarramos na necessidade de regulamentação da lei. Por exemplo, essa verba só chegará até nós após enviarmos ao Ministério do Turismo, e todos vocês sabem que a Secretaria Especial da Cultura, que um dia já foi ministério e não é mais, agora está no guarda-chuva do turismo, então todas as conversas a gente se reporta, na ponta, para o turismo. É muito legal ver que todo o Brasil está participando, existem grupos de secretários, grupos estaduais. Enfim, estamos trabalhando muito esperando a regulamentação que não veio ainda e que está atrasada. Eles queriam que essa regulamentação estivesse na rua já sacramentada no Diário Oficial no dia 25 de julho; estamos já adentrando no dia seis de agosto, e não há perspectiva ainda de regulamentação, ela pode sair amanhã, ninguém sabe, e trabalhávamos com a data de oito de agosto para que o repasse fosse recebido nos municípios, o que vai atrasar em função da não regulamentação ainda. Mas a gente quer estar com tudo pronto para que, assim que houver condições objetivas, possamos colocar essa lei o mais breve possível ao alcance daqueles que realmente precisam, que são os artistas e toda cadeia produtiva da área, que são milhares de pessoas.

Para começar, Pujol, está bom assim. Coloco-me à disposição não só agora, nesta reunião, mas depois. Alguns vereadores perguntaram algumas coisas, como o Ver. Adeli, que me mandou um ofício, que já respondi; não sei se já chegou, pois cumpre as normas internas, mas já respondi o ofício. Outros já me procuraram, lembro a Cláudia me perguntando se o artesanato estaria contemplado pela lei. Sim, está, não é uma suposição, está lá escrito. Então, todas as associações de área que estiverem ao alcance de conversar estarão sendo chamadas para isso. Acho que, como um parágrafo inicial, até me estendi um pouco demais e peço perdão, mas é isso. Estou à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Secretário. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, diretor Luiz Afonso. Presidente Reginaldo Pujol, em sua pessoa, cumprimento todos os colegas vereadores e vereadoras, secretário Luciano Alabarse, com quem temos discutido presencialmente quando podíamos e virtualmente em todos os momentos, através da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude da cidade de Porto Alegre. Queria agradecer ao Ver. Reginaldo Pujol ter encaminhado o requerimento que fizemos em meados de julho, depois disso vários colegas também potencializaram esse tema pela pressão que temos recebido da classe artística da cidade, na sua amplitude.

Há um número que diz que temos mais de 50 mil pessoas que vivem, trabalham e se dedicam ao tema da cultura, da arte, na cidade de Porto Alegre, em todas as suas dimensões. É um público significativo. A Lei Aldir Blanc, como já disse o

secretário, dialogando com todos os segmentos do País – e aqui quero lembrar e cumprimentar as duas deputadas do Rio de Janeiro que encabeçaram esse processo, Benedita da Silva, autora do projeto, e Jandira Feghali, relatora que dialogou com o Congresso Nacional –, colocando a distribuição de R\$ 3 bilhões. Portanto, Sr. Secretário, nós temos participado quase que semanalmente, junto com o Conselho Municipal da Cultura, dos debates que têm feito, onde sempre tem um representante seu participando desses debates também.

O primeiro ponto que eu gostaria de questionar, e o Conselho também nos questiona, é que a lei diz que o Conselho Municipal da Cultura tem que estar presente, é o abalizador desse processo representando a totalidade, além daquilo que o senhor já falou, dos sindicatos, das diversas associações que existem. O Conselho se coloca à disposição para auxiliar, não só para fiscalizar, mas para debater, elaborar os critérios, verificar que isso seja construído dentro desse processo democrático. Segundo informações que recebi ontem, houve a primeira reunião com o Luciano, Letícia, enfim, com os coordenadores do Conselho Municipal da Cultura, que representa toda essa diversidade. Mas aí tem essa regulamentação de que o senhor fala corretamente, a lei foi aprovada no dia 4 de junho, foi homologada dia 30 de junho, e tem 60 dias para aplicar esse dinheiro. Mas já tem na lei um conjunto de regramentos que precisam ser feitos. Nesse conjunto de regramentos é que acreditamos que podemos auxiliá-lo a acelerar, porque, no momento em que sair a regulamentação, já teríamos esses critérios de como fazer o cadastramento. Essa é uma pergunta que todos têm feito, dizendo que não entendem o sistema. Então, colocar a rede e a estrutura toda, desde já, à disposição para que possamos ir construindo essa cultura digital, que também não é tão fácil de se ter.

Outro ponto de dúvida é que uma parte do dinheiro será feita através de editais. Quais são os elementos desses editais, para que as entidades, para que toda a rede de cultura possa começar a se preparar com a documentação e outras questões mais. Nós temos pontos de cultura espalhados pela cidade de Porto Alegre, muitos estão em associações, outros estão nas escolas de samba, outros estão nos grupos de *hip-hop*, e esses editais têm que atender essa diversidade, vamos assim dizer, que o senhor conhece muito bem.

Temos outro problema, a lei se refere à renda de 2018. Há muitos artistas e entidades que, em 2018, tinham um contrato, tinham uma renda, mas que podem ter passado 2019 sem a renda e que, agora, estão em grandes dificuldades, o que fica em conflito com a necessidade de buscar esse recurso perante a lei. São Paulo já fez um estudo e conseguiu construir, internamente na cidade de São Paulo, um mecanismo que superou essa dificuldade de se referenciar somente a 2018. Gostaria de saber se o senhor já tem conhecimento disso, se é possível nós trabalharmos um critério que possa buscar o amparo desses trabalhadores e dessas trabalhadoras da cultura, não referenciando só a renda de 2018.

Concluo a minha fala, dizendo que, no início da pandemia, eu apresentei um projeto de lei, que era para encaminhar ao senhor, bem como outros vereadores também o fizeram, para que nós tivéssemos uma política exclusiva de pandemia para esses trabalhadores da cultura, aproveitando os fundos municipais. A base do governo

Marchezan rejeitou esse projeto dizendo que ele era inconstitucional. Nós estamos reapresentando este projeto no formato de indicativo ao Executivo municipal. Falo isso porque nós transformamos um projeto de lei que era determinante em um projeto indicativo, e gostaríamos de poder verificar, se não me falha a memória, nós temos nos fundos municipais em torno de R\$ 3 ou R\$ 4 milhões, que também poderíamos utilizar nesse período de dificuldade para dar sustentação à categoria artística de Porto Alegre. E aí lhe pergunto se o número está correto, o número que temos, que a Lei Aldir Blanc oferece a Porto Alegre, como de R\$ 9 milhões para o seu contexto geral.

Por último, esses R\$ 9 milhões são só para o Município fazer a gestão, mas tem a parte do Estado; de que maneira o senhor está tratando com o Estado, porque grande parte da categoria artística está em Porto Alegre e vai incidir sobre as duas gestões do recurso, a do Estado e a do Município.

Aqui já fiz um conjunto de perguntas, agradeço seu convite e quero lhe dizer que esse debate também é de todos os nossos colegas da CECE, tanto meu como do nosso presidente Alvoni, do Alex, do Cassiá e do Mauro Zacher. Meus cumprimentos, secretário, um abraço, e estamos à disposição para auxiliar e construir com rapidez, qualidade e transparência esse processo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Engº Comassetto. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, os colegas vereadores e vereadoras, e o nosso convidado nesta tarde, querido amigo Luciano Alabarse, secretário da cultura de Porto Alegre; quero também fazer algumas considerações. Luciano, nós sabemos que a área cultural, artística é grande, vamos dizer assim, em números e em atividades – o Comassetto falou em 50 mil. Gostaria que depois o senhor discorresse se realmente é esse número aproximado, se tem noção de quantidade.

Segundo, eu li há pouco a própria Lei Aldir Blanc e também tinha esse entendimento sobre esses três aspectos que tu levantas com relação ao que é atribuição do Estado e do Município. Nessa questão do Estado, a primeira alternativa que o senhor levanta, secretário, é o auxílio a pessoas físicas. Tens informação de como se dará, em que época se dará, como a secretaria do Estado dialogou contigo para poder, enfim, publicizar isso ou orientá-los? O segundo eixo está claro e preciso, com relação aos grupos culturais que vão ter a oportunidade de se inscrever e, para grupo, o senhor falou até do próprio valor, como também do terceiro grupo dos editais e das chamadas públicas. Aí, me reportando ao Município, quando o secretário fala que distribuiu em três grupos – o grupo técnico, o grupo administrativo e o grupo artístico –, quem faz parte desses grupos? A sociedade civil faz parte? Eu queria me somar a um apelo, porque quem de nós não tem relação com a comunidade artística? Todos têm, em diversas áreas. Eu vou dizer, por exemplo, que sou o autor da lei que criou o artista de

rua, lá em 2003. Como se cadastrará o artista de rua? Eu sou o autor de leis que criaram espaços de feiras de artesanato na cidade – e não são poucos os artesãos. Como se dará a inscrição desses artesãos, já que nós sabemos que, só em Porto Alegre, o número de pessoas ultrapassa 10 mil?

Cabe uma sugestão para o senhor, para a Secretaria: que esse diálogo com o Conselho Municipal ajude não só a fazer o mapeamento e o cadastramento, interagindo com a secretaria municipal do comércio, porque me parece que é o órgão regulador das feiras – ao menos é o que temos conversado, sobre algumas feiras em Porto Alegre –, e nesse sentido, ter o assento do presidente do Conselho Municipal da Cultura, o Luciano, é de fundamental importância; como também ter alguém do artesanato, ter alguém das outras classes artísticas como o circo ou tantas outras. Nesse sentido, creio que esse questionamento é muito pontual para poder contribuir para que, quando for regulamentada, esse recurso estar à disposição o mais rapidamente possível, porque, queira ou não, já faz quatro meses, e creio que foram os únicos que ficaram de fora do auxílio federal ou das demais alternativas que estados e municípios criaram. Então, há uma certa emergencialidade nessa questão e, pelo que o senhor traz hoje aqui, nos fortalece o esclarecimento para poder ajudar a interagir e esse recurso chegar mais rápido a esse povo. Muito obrigado, Luciano.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Presidente Pujol, meus colegas vereadores e vereadoras, caríssimo Luciano Alabarse. Tomei a liberdade de passar a resposta do nosso ofício a todos os vereadores aqui no grupo de WhatsApp, porque ali você acabou colocando para nós um certo roteiro já de questões que estão sendo pensadas, portanto, tem uma base mínima já por escrito, e eu agradeço profundamente esse retorno tão rápido, porque no geral não acontece assim, portanto louvo a sua atitude.

A questão que achei interessante é a criação desses três grupos de trabalho. Na questão do grupo artístico, lhe pergunto o seguinte: como vocês estão pensando as agendas? Foi mencionada a questão do grupo de indígenas e quilombolas, que acho importante, porque ali tem vários segmentos que não têm acesso à temática em geral, mas também temos muita gente que eu diria que está, como a gente diz, no *backstage*, atrás do palco, está na graxa, enfim, como esse pessoal vai ser chamado, se por suas entidades, por alguma plenária geral virtual que a secretaria pudesse fazer, como isso está sendo arquitetado? Especialmente em decorrência disso, como os segmentos, os setores profissionais foram – e estão sendo – chamados a uma possibilidade de nos passar, no futuro imediato, uma agenda para que a gente possa verificar os setores? Se a gente detectar, como alguns colegas já mencionaram, setores que não estão bem representados; se a gente pudesse ter um canal direto... Quem sabe se um servidor, um

funcionário da secretaria pudesse nos atender, dizer, por exemplo, “tem um pedido aqui”, porque eu acho que está difícil você conseguir nos atender com 50, 70 segmentos que existem na sociedade, na comunidade artística. Então, essa é uma pergunta que eu faço, vinculando à questão de como serão chamados os segmentos, os setores, esse conjunto de agendas; e o mais importante – me parece que ainda não está muito claro o que eu verifiquei tanto em nível nacional, quanto estadual e local –, a questão de como será feito o cadastro efetivamente. Então, são três pontos essenciais que eu lhe pergunto.

Ato contínuo, eu faria outra pergunta. Nós temos uma quantia, terá que ser feita uma escuta muito grande, Luciano, para que nenhum setor seja... Ninguém vai ser beneficiado demais, porque com R\$ 9 milhões, enfim, todo mundo vai receber um pouquinho. Mas como é que ficam as questões mais amplas? Você falou, por exemplo, dos locais. O que é um espaço cultural, de fato? Uma coisa é o São Pedro, que tem uma vida própria, que tem uma associação de amigos; agora, tem um pequeno problema ali que o Antônio Hohlfeldt mencionou na mídia; tem essa intersecção com o Estado. Para não me delongar, eu gostaria muito mais que nós tivéssemos talvez um canal para que você pudesse nos mandar, para a gente não ficar todo tempo fazendo pedido oficial, pedido de informação, enchendo a tua caixa de WhatsApp ou coisas do tipo, porque eu acho que é essa a questão essencial.

Por fim, também há a questão de que nós temos as emendas impositivas. Eu botei praticamente a parte que não era da saúde na cultura e discuti contigo e com a equipe técnica sobre colocar exatamente onde já tem programa, para que a gente não precise buscar esse dinheiro em algum lugar incerto e não sabido. Então, eu queria uma atenção especial – sei que hoje a pauta não é essa – para que, em algum momento, você possa dialogar comigo, com a minha equipe, porque a gente está dando um valor sobremaneira para a questão cultural, Luciano, você nos conhece, conhece a nossa trajetória nessa área, em especial; por isso, a gente faz esse pedido.

Mais uma vez, para os meus colegas vereadores, eu passei então ao grupo o relato que o Luciano me mandou por escrito e também me coloco à disposição para algumas questões que eu tenho anotadas aqui sobre a Lei Aldir Blanc, que eu vou continuar dialogando com quem tiver necessidade. Muito obrigado, Luciano, mais uma vez. Nós precisamos ter muito diálogo, Luciano, muita escuta. Você é um velho conhecido da comunidade cultural, você sempre foi um cara da escuta; hoje, mais do que nunca, Luciano, precisamos de muita escuta, muita atenção. Eu te agradeço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, diretor Luiz Afonso. É uma satisfação, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, secretário Luciano Alabarse. Na verdade, a minha intervenção já foi contemplada pelos demais vereadores, pelas perguntas, pelos questionamentos que foram dirigidos ao secretário.

De toda forma, eu quis usar a palavra, primeiro, para saudar o secretário, já que, nesses tempos de pandemia, nós estamos tendo essa dificuldade de poder se encontrar. O Adeli fez uma menção muito correta ao secretário Luciano Alabarse, eu sou obrigado a dizer isso, que é um elogio, mas, ao mesmo tempo, acaba sendo uma crítica ao governo, porém eu sou obrigado a valorizar, porque eu acho que o secretário tem respondido. Pelo menos, na Câmara de Vereadores, o testemunho do Adeli também é o meu testemunho: sempre que a gente necessita, tem um espaço junto à secretaria para poder discutir, apresentar as propostas, escutar, poder ter um diálogo. Esse exemplo é muito importante. Infelizmente, como política do governo, o que eu tenho sentido é que, de fato, não há um investimento na cultura, não há. Os editais da cultura, todos eles, em geral, como regra, estão paralisados; mas, ao mesmo tempo, o esforço de diálogo é um esforço necessário para que a gente possa construir espaços democráticos de verdade para poder avançar numa área que tem sido tão sucateada pelas políticas neoliberais. A cultura é uma área que tem sido penalizada.

Eu quero aproveitar para, além de saudar o Luciano Alabarse, os vereadores e as vereadoras, embora não seja a pauta, também ter um pouco a opinião do Luciano Alabarse acerca da questão das emendas impositivas. Assim como o Adeli, eu fiz emendas ligadas à questão do *rap*, o “Cohab é Só Rap”, junto com a secretaria, e estava fazendo um grande esforço para a execução. Eu não sei qual foi a orientação agora que o governo está dando diante do quadro da pandemia. Eu também fiz uma emenda importante na área do cinema e gostaria de saber se há alguma previsão, alguma orientação do governo em relação a essas emendas. Nós sabemos que tem um quadro novo; evidentemente, muitas das questões que foram planejadas não são exequíveis nesse quadro de pandemia. De toda forma, é importante o diálogo sobre como a gente pode contribuir com a cultura; mesmo que alguns valores que nós destinamos para a cultura possam não ter a possibilidade de serem aplicados em função da pandemia, eu acredito que a ideia de redirecionar esses valores para colaborar com a cultura é uma ideia que deve ser acatada. Então, eu gostaria de saber um pouco se há alguma orientação do Luciano Alabarse em relação a isso. Muito obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Uma boa-tarde a todos e todas. Eu quero agradecer a presença do secretário. Secretário Luciano, eu não quero repetir, acho que os que me antecederam, o Ver. Oliboni, nosso líder de oposição, o Ver. Adeli, nosso líder de bancada, e o Robaina, já foram bem completos. Eu acrescentaria algumas questões. A primeira é sobre os pontos de cultura, eu acho que não entendi bem como será o processo, porque aqui temos uma questão complexa, que é o auxílio emergencial, e ao mesmo tempo se quer que ele aconteça de forma transparente e democrática, ou seja, incluindo todos os atores que fazem parte da

comunidade artística e cultural. Então, no tema do auxílio emergencial e do subsídio, eu gostaria que o senhor explicitasse um pouquinho mais, já que a lei federal passa aos municípios a elaboração de critérios, que o senhor falasse um pouquinho mais sobre eles, e incluísse, também aí, os pontos de cultura, o que se pensa. E, bom, vamos torcer para que a Câmara possa acompanhar; a CECE que é a Comissão pertinente, pode se fazer presente para que aconteça de uma vez e que seja de forma democrática. Esse é o seu “nó”. Eu torço que rapidamente consiga chegar esse auxílio a quem precisa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Marcelo.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Com o empenho de trazer à Casa o Secretário Municipal da Cultura, eu tinha absoluta segurança de que a vinda dele aqui seria benéfica para uma demonstração da fertilidade do diálogo entre o Legislativo e o Executivo. Quando as duas partes se dispõem a dialogar com o objetivo do entendimento e da condução de um bom resultado, isso é alcançado. Então, eu quero, ao mesmo tempo em que cumprimento o nosso Secretário da Cultura, dizer a ele que, enquanto eu estiver na presidência da Câmara, ele disporá sempre do instrumento de acesso, tantas vezes que a Cultura porto-alegrense prescindida da ação legislativa. Eu posso afirmar a ele que, com toda a certeza, não faltará o apoio da Câmara Municipal. Isso tem sido ao longo do tempo uma constância.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Eu quero agradecer a presença do Sr. Secretário, é difícil se trazer um secretário do governo que venha para fazer o diálogo, que venha com vontade, que venha querendo vir, que não venha sendo empurrado.

Eu queria fazer uma pergunta ao secretário, se o senhor puder explicar para nós: essa questão da Semana Farroupilha, como é que ficou?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Sr. Luciano Alabarse, Secretário da Cultura, está com a palavra.

SR. LUCIANO ALABARSE: Eu vou tentar responder, dizendo que estou aqui com muito prazer, com muito gosto, ninguém me obrigou a coisa nenhuma, inclusive, me sinto entre amigos, e aqui alguns eu conheço há mais de vinte anos; por exemplo, o Oliboni, eu acompanho na subida dele, de resgate do calvário dele, no morro, há muitíssimos anos.

Bom, vamos lá, Comassetto, eu vou tentar responder as coisas que consegui anotar. A gente tem um diálogo regular, completamente estabelecido com o Conselho

Municipal de Cultura; ontem, por exemplo, fizemos uma reunião exclusivamente com eles, mas não é a primeira reunião; praticamente antes da pandemia, os recebia uma vez por semana, porque eles sempre têm muitas demandas. Há três representantes da secretaria no Conselho Municipal, e eu fico sempre controlando para que essas presenças sejam efetivas e não apenas no papel. E a pedido do próprio Luciano Fernandes, eles querem participar do Comitê Administrativo, seguindo esse meu critério, esse é um critério de Porto Alegre, outras cidades poderão ter - esses grupos de trabalhos -, poderão ter os nomes que bem escolherem, e eu acho muito interessante. A nossa maior preocupação é chegar naqueles artistas vulneráveis que não têm nem contato, nem a familiaridade de estar conversando conosco. É muito diferente, por exemplo, do SATED, do Sindicato dos Artistas, a ASGADAN, da APTC, dos cinemas, que nós temos um diálogo regular, permanente, constante.

Então, só quero deixar isso, bem claro: o Conselho está participando dessas reuniões; ontem, tanto o Luciano como a secretária do Conselho estavam nas reuniões, tanto dos coletivos negros quanto dos indígenas, e em outras, eles estão. Agora, sempre nós temos colocações, reivindicações, ideias, sempre nós temos colocações, reivindicações, ideias e, às vezes, a gente as processa. Eu penso sobre tudo que me dizem, não é porque me dizem que está automaticamente assimilado. Eu tenho que pensar, refletir, ver a execução disso. Por exemplo, uma coisa que apareceu mais de uma vez no que vocês falaram é a preocupação com esse cadastramento, é a nossa também, essa ficha cadastral justamente, porque ela é uma única que deverá ser inscrita na Plataforma +Brasil para fins da Lei Aldir Blanc, é só disso que estamos tratando aqui e que nós vamos ter, por exemplo, o teatro. O teatro tem muitas associações, coletivos, sindicatos, e não me preocupa no sentido de que eles têm essa regularidade de diálogo, inclusive, participação de editais. Muito diferente, por exemplo, de comunidades indígenas. São realidades diferentes. Então, nenhum vai ser punido e nenhum vai ser esquecido. Claro que nós temos, através das associações da categoria, dos sindicatos, por exemplo, a dança, o cinema, o teatro, a música que tem uma incidência forte na cidade, essas linguagens artísticas estão organizadas em órgãos representativos. São esses órgãos que nós estamos chamando para nos auxiliar nessa tarefa de cadastramento. Os editais que tu falaste, eles estarão sendo construídos com o grupo artístico. Isso é um pedido explícito de todos os grupos, de todas as linguagens, essas que eu estava falando e todas as outras. Eles querem participar da construção de critérios, da avaliação, dar sugestões. Por exemplo, o grupo do livro me mandou ontem dois WhatsApps dizendo que eles estão organizados, fazendo uma listagem de editais de possibilidades, evidentemente, que os contemplariam. A gente não vai fazer isso fechado num gabinete, achando que nós poderemos saber tudo e contemplar tudo. Não! Isso está vindo das categorias para nós, estamos fazendo isso junto com, não é longe de, é junto com. Nós temos reuniões todos os dias ou com setores específicos ou com todos, há semanas isso. Então, não estão num estágio inicial essas tratativas. O que nós estamos esperando, sim, é a regulamentação da lei. Eu não posso por nada na rua sem uma lei regulamentada para não ir depois contra os ditames que ela determina. Eu confesso que eu vou ver isso da renda que tu falaste. Não tenho essa resposta agora

aqui, tenho que ver. Eu sei o que a lei diz e vou procurar saber em São Paulo como que eles resolveram essa questão. Neste momento, não sei; eu me comprometo a buscar uma solução. Sobre os editais, eu queria dizer que nós fizemos com os nossos recursos da secretaria dois editais emergenciais, que mais ou menos servem como um aquecimento para a Lei Aldir Blanc, porque um é para pessoas físicas e o segundo, para grupos e espaços. O preenchimento, a procura por esses nossos editais, digamos domésticos, caseiros, da própria Prefeitura, com os recursos da secretaria, foram feitos; a gente não pode dizer que a secretaria não fez. Há cinco meses, praticamente, nós estamos fazendo uma campanha sistemática semanal de distribuição de cestas básicas. Eu não me lembro quem usou o termo, como a gente carinhosamente se refere aos nossos técnicos e o pessoal que circula nos bastidores, que é a turma da graça. Chegamos, uma noite, a iluminar o Laçador para recolher alimentos e estamos fazendo uma atividade de emergência e direta, porque as pessoas, essa turma, os mais humildes, os mais invisíveis em relação à cadeia estão passando fome. Então, enquanto não se liberam os recursos federais, os recursos financeiros, nós estamos permanentemente toda semana distribuindo cestas básicas para a turma do circo, que é uma turma muito humilde e que nos procura sempre, para a Casa do Artista Riograndense, que são aquelas pessoas que estão lá já numa etapa de vida muito longa, enfim. Fizemos, estamos agora na fase, foram quase 600 inscritos nos nossos editais, e nós vamos conseguir atender mais de 500. Usamos um recurso igual ao que a Funarte, o órgão federal para atender as artes, fez com relação ao Brasil. É o mesmo valor, só que a Funarte, com esse valor, atende todo o Brasil, não é edital emergencial e, com o mesmo valor, a secretaria atendeu aqui Porto Alegre. Não estou dizendo isso minimamente com orgulho ou para me exhibir, não sou assim, não funciona assim, apenas para registrar que, às vezes, ações são feitas e não são devidamente registradas. E eu gosto. A outra coisa que tu falaste, Comassetto, como nós estamos lidando na parceria com o Estado em relação ao auxílio físico, de pessoa física. Essa é, realmente, uma tarefa que vai ser capitaneada e dirigida pela secretaria estadual, não é a parte em que a Prefeitura vai se envolver, a não ser que nos peçam auxílio. Agora asseguro que a gente tem feito, pelo menos, uma reunião por semana com eles, para ter alinhamento, para ter o passo a passo gaúcho em relação à lei, o que precisa ter. Todos nós precisamos: eu preciso estar alinhado com vocês, a Câmara precisa estar alinhada com a gente, para fazer o que a lei se propõe, que é auxiliar emergencialmente toda uma comunidade de milhares de pessoas. Falando nisso, passo a responder para o Oliboni. A gente está envolvida até a raiz dos cabelos com esse mapeamento. Foi falado aqui numa cifra de 50 mil pessoas; eu, sinceramente, acho que é mais, estou falando em relação à Lei Aldir Blanc, por quê? Porque o conceito que elas têm não são, por exemplo, uma coisa básica, um centro cultural. Normalmente, uma comprovação exigida, quando é centro cultural, o que é? O CNPJ do espaço. A lei prescinde, não é necessário ter CNPJ para ser validado enquanto espaço cultural. O responsável pelo espaço, com o seu CPF, pode pleitear os recursos que serão destinados a espaços culturais. É nesse sentido que eu acho que é mais, em relação à lei, ao alargamento da lei, Oliboni. A gente está fazendo isso, não está fechado esse mapeamento; pelo contrário, está em andamento. E a parceria do Estado, já falei, não é?

Acho que também já contemplei o Adeli, quando ele fala do cadastro. A equipe da Secretaria, os coordenadores estão reunidos permanentemente. Hoje todos eles estavam participando de uma reunião nacional sobre ficha cadastral, porque cada coisa, cada item da lei tem envolvido o Brasil inteiro, é um circuito no Brasil inteiro. No caso das secretarias, sejam estaduais, sejam municipais, é uma rede muito grande, em que um ajuda o outro a fazer essa ficha cadastral - vai ser colocada à disposição entre amanhã e segunda-feira, no máximo, para começar já um cadastro. Como é que eu vou dizer, não é ainda a validade, porque é Brasília quem libera através da Plataforma +Brasil esse sistema. Esse cadastro oficial para a lei será feito nessa plataforma, e essa plataforma ainda não está aberta, mas a gente está fazendo o mapeamento. Nós estamos dividindo entre o que é o mapeamento daqueles que precisarão se cadastrar, e o cadastramento, quando estiverem liberadas, nessa Plataforma +Brasil, as condições para ele. Como é que nós estamos chamando, acho que foi o Adeli que perguntou isso, os segmentos. Como eu disse: cada uma dessas linguagens tem associações, tem sindicatos, tem coletivos; nós estamos chamando todos. (Pausa.) Eu tenho dois gatos, estão se matando aqui, vocês desculpem. Desculpem, é a vida doméstica, a vida normal, estavam brigando os dois. Então, o que é que eu dizia? Que todas essas associações estão sendo chamadas para mobilizar todos. Nós fizemos isso nos nossos editais, e o resultado foi realmente excelente no sentido das inscrições, e aqui é a mesma coisa. A secretaria, não sei se vocês sabem, ela é dividida por áreas, por coordenações de áreas: tem a coordenação das manifestações populares, tem a coordenação do cinema; então, por áreas, a gente vai chamando as associações respectivas, fazemos reuniões em separado com cada uma delas e também reuniões grandes, onde a gente mistura tudo.

Deixa eu ver, deixa eu olhar aqui, o que mais? Deixa eu ver se o Robaina me disse... Os critérios, que foi algo muito importante, eu acho, tocar. Como é que nós vamos fazer isso? Não vai ser um PF, não vai ser um prato feito que nós vamos dar para a cidade. Esses critérios, estou me referindo agora à distribuição. O inc. II, que é o que nos compete aqui na cidade de grupos e espaços, ele permite uma flexibilização que vai de três a dez mil reais. Quem é que ganha três, quem é que ganha cinco, quem é que ganha dez? Isso nós vamos fazer exatamente atendendo a essas entidades artísticas, com eles na mesa. Cada uma dessas entidades vai mandar um representante para o comitê artístico, justamente porque são os representantes dos artistas, e esses critérios então serão debatidos, sugeridos, como já estão sendo... (Problemas na conexão.) ...ainda validados esses critérios, estou em fase do chamamento. Alguns já mandaram, outros ficaram de mandar até amanhã, os representantes. Espero que, a partir da semana que vem, essas reuniões, já com esses representantes desse comitê artístico, que se possa avançar no que é possível, até a regulamentação da lei.

Sobre as emendas impositivas, vocês sabem, todas as da minha área, que foram para mim, eu disse “sim” a todas elas. Isso segue para outras instâncias da Prefeitura e não depende exclusivamente da Secretaria da Cultura, ou seja, nesse processo nós fomos consultados, nos manifestamos, e há razões que transcendem a minha competência para falar, então, as relações institucionais, inclusive, na reunião que nós fomos na Câmara, na CECE, falar sobre as emendas impositivas, tinham lá os

seus representantes, e eles é que detêm, digamos, o conceito e a ação prática sobre as emendas impositivas.

Por fim, Bosco, sobre o Acampamento Farroupilha, já está definido como será. Não haverá, em função da pandemia, o acampamento como estamos acostumados, desde criancinha, aquelas casas de madeira, o ajuntamento das pessoas. O MTG nos propôs que tudo isso fosse cancelado, eles não queriam essa responsabilidade de fazer de uma forma tradicional o Acampamento Farroupilha, então, o que eles propuseram à Prefeitura, e a Prefeitura aceitou – o Tubino, nosso adjunto, que é o gaúcho lá da secretaria, muito ligado ao MTG, poderia também, se vocês permitirem, falar sobre o que vai acontecer –, foi a Semana Farroupilha, de 10 a 24 de setembro, usando como base a Casa do Gaúcho, que fica ali dentro do parque, com ações virtuais e uma intensa programação de *shows*, palestras, culinária, enfim. Eu não sei se o Tubino está aí e quer falar um pouco, eu o vi no começo da reunião, se ele quisesse falar seria bom. Mas, enfim, não haverá o Acampamento Farroupilha nos moldes tradicionais. Eu acho que não há clima nenhum na cidade para um evento que reúna tantas pessoas. Eu não gostaria de endossar algo assim, porque essa pandemia me parece que está longe de chegar ao fim. Enquanto não houver uma vacina, enquanto não houver as autoridades da área se manifestando, quem sou eu para ir contra isso. Então, aceitamos, vamos trabalhar, vamos dar o suporte usual que damos ao MTG no parque, mas é uma edição toda especial, toda diferente, e, como tudo que é especial, e é a primeira vez, vão ter acertos, vão ter coisas que a gente vai, depois, fazer as devidas avaliações. Haverá então a Semana Farroupilha, uma série de ações, e elas serão da forma virtual, como todos os grandes momentos artísticos têm se dado neste estranho ano 2020. Acho que eu falei o que eu queria falar. Pujol, te agradeço, estou aqui e estou sempre à disposição. Se tiver alguma dúvida pendente, ou algum fato novo e vocês quiserem falar, não sou nada burocrático, todo mundo tem acesso ao número do meu celular. Estamos todos em casa, em *home office*, mas falando todas as vezes em que é preciso falar. Eu agradeço pela chance de ter vindo aqui conversar com vocês. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, o secretário encerrou a sua manifestação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço ao secretário, foi uma satisfação ouvi-lo, permitindo que ele dialogasse com os nossos vereadores, demonstrando a capacidade de diálogo, o que não me surpreende, por tê-lo acompanhado em várias jornadas, sei que ele é um homem que não só é adepto do diálogo, como pratica o diálogo, e isso é muito importante. Obrigado, Luciano. Quero cumprimentar os nobres vereadores que dialogaram contigo, e dizer que essa pandemia vai passar, mas a cultura gaúcha vai prevalecer, e tu, como baluarte dessa cultura, na área das artes em geral, o Tubino, como tu chamas, o gaúcho, na área do tradicionalismo, cada um no seu respectivo cantinho e quadrante, vão fazendo a sua

parte. Volte sempre, e tenha sempre a certeza de que, na Câmara, o diálogo democrático funciona mesmo, não é algo num único sentido, especialmente quando as pessoas querem dialogar, como foi o teu caso, que foste muito bem recebido e será sempre muito bem recebido se continuares com disposição de dialogar com a tranquilidade, a segurança e a sinceridade com que tu dialogas. Um abraço, amigo, volte sempre.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Comunico que o Ver. Airto Ferronato e o Ver. Felipe Camozzato estão presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Reginaldo Pujol, eu queria agradecer este momento para falar em nome da liderança, não sem antes louvar o momento que tivemos há pouco com o Luciano Alabarse, bastante esclarecedor. Muitas coisas ainda vão ter que ser esclarecidas, porque a complexidade do Brasil, do Estado e do Município propriamente dito também é muito grande para botar em prática essa nova legislação no meio de uma pandemia.

Colegas vereadores e vereadoras, ontem nós tivemos uma sessão importante na Câmara, em que houve a decisão de 31 votos a 4, para abrir um processo de averiguação se há uma base legal para o impedimento do Sr. Prefeito Municipal. Destemperadamente, como é do seu feitio, o prefeito municipal atacou a Câmara de Vereadores com um linguajar tremendamente chulo, como é do seu feitio, fazendo ataques muito grandes a nós. Eu quero dizer ao prefeito, publicamente, eu espero que a imprensa, pelo menos, se digne a fazer, como faz a boa tradição do bom jornalismo e não do jornalismo marrom, a colocação dois lados da moeda. Durante três anos, nós fomos oposição consequente, ajudamos o prefeito em todos os momentos em que ele necessitou ter o nosso apoio para as boas causas em defesa do povo do Porto Alegre, mas o prefeito começou a se chocar com a maioria da população de Porto Alegre, fez 1.001 manobras, muitas pessoas acabaram muitas vezes se iludindo com uma conversa refinada do prefeito, sempre com brilhante jogo de cena, porque, em termos de ator, eu acho que ele figuraria em algumas peças, sem dúvida nenhuma, talvez algumas obras bufas, mas sem dúvida nenhuma daria conta do recado, mas como prefeito é uma tragédia – tragédia é uma palavra errada, porque tragédia não tem ação direta da pessoa, é externa –, pelos infortúnios que a gente está vivendo, o seu zigue-zague em todos os momentos sobre a questão abre e fecha, abre e fecha, aberta, desaperta, desarrocha - foi essa política que nos levou a essa desgraça que nós estamos vivendo neste momento.

E a sua mania de perseguição! O prefeito persegue! Depois que ele teve que retirar a concessão, publicar no Diário Oficial no final de semana, ele botou segunda, terça, quarta-feira um pelotão de agentes da EPTC em torno da Prefeitura, do Mercado Público – ninguém pode parar um táxi, um carro de aplicativo, um carro para uma pessoa descer que é multado. Ele faz questão de fazer ataques, ele é um cara de ódio, de rancor, de perseguição. Assim ele foi com os taxistas, que continua massacrando; assim

ele é com os servidores públicos. Ele é uma pessoa fora da realidade, não é uma pessoa que possa conviver com uma sociedade democrática! As coisas que ele disse hoje na imprensa, ele deveria ser afastado do cargo por incompatibilidade de condições mínimas de civilidade! Ele tem que ir para um outro planeta, ele não pode continuar gerindo a nossa capital, é uma desgraça o que nós estamos vivendo. E não é só ele, alguns assessores também.

Eu quero lhes dizer que sobre a petição que eu fiz à promotoria da criança e do adolescente já foi dada consequência sobre o uso indevido de usurpação de dados pessoais de crianças – eu já tenho um retorno da promotoria dando consequência à minha petição. O Prof. Alex já mencionou o caso, outros vereadores já falaram dessa questão. Não fica por aí! A situação dos ônibus em Porto Alegre: a Carris está sumindo linhas de ônibus. Com que base legal está sumindo linhas de ônibus? Onde está o contrato? Isso fere a Lei de Licitações. Nós vamos retomar o processo que nós levamos ao Ministério Público de Contas, ao Tribunal de Contas, que tem que tomar uma posição sobre a questão do transporte coletivo de passageiros, porque isso não pode continuar, colegas vereadores e vereadoras.

Ontem houve aqui uma demonstração de posição clara da Câmara de Vereadores. Muitas pessoas nos argumentaram “vocês, que são do PT, vocês estão aliados com os partidos de direita!” O direito não tem direita ou esquerda, o direito é a lei positivada; se a lei diz que tomar dinheiro do Fundo Municipal de Saúde e aplicar em propaganda é ilegal, não importa se é o vereador é liberal, se é anarquista, se é socialista, se é comunista, seja o que for, se ele acredita em Deus ou na Santíssima Trindade ou se ele acredita num orixá. Nós somos uma sociedade que tem leis, e pelas leis nós temos que nos guiar e sempre ter como princípio a dignidade da pessoa humana. O prefeito afronta a dignidade das pessoas, o prefeito afronta o Poder Legislativo, que é um poder que deveria respeitar como um poder de colaboração, mas não de confronto.

Termino aqui, Ver. Pujol, louvando a conduta de V. Exa. nesse processo todo, as equipes da Câmara Municipal, de todas as comissões. Estamos operando de pleno; se nós não estamos neste momento na rua, nós estamos de forma remota cumprindo o papel de vereadores que o povo nos delegou. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando nossa sessão nesta tarde. De fato, para o prefeito e para muitos cidadãos, inclusive alguns da imprensa, com todo nosso respeito, foram surpreendidos no dia de ontem; para nós não. Para nós, vereadores, temos certeza, há um bom tempo, que o prefeito não vinha se relacionando bem com a Câmara e muito menos respeitando as deliberações da

Câmara. Se fossemos observar os projetos que até então ele vetou ou não regulamentou, foram praticamente quase todos os que nós trabalhamos ao longo de três anos e meio. O prefeito queria e quer que a Câmara fique a serviço do governo. Que bom que os vereadores têm lado, têm partidos, posicionam-se de acordo com a vontade de cidade, dos cidadãos. E quem esteve durante todo esse tempo, como nós, ao lado do cidadão, sabe muito bem como o prefeito agiu, creio que chegou mais do que na hora de as pessoas perceberem, não só os vereadores, a população, que o prefeito cometeu uma infinidade de irregularidades e vou citar algumas delas, e não foi falta de aviso. Os senhores lembram da perseguição que ele teve com os servidores da saúde, principalmente quando o Supremo deu a liminar da extinção do IMESF, o prefeito mesmo disse que sabia que ia acontecer, por que ele não apresentou uma alternativa? A alternativa dele veio logo que o Supremo se manifesta, dizendo que iria demitir todos os trabalhadores, 1.840 famílias. Perseguiu como nunca, como até hoje persegue, retirando até o vale-refeição, e os senhores sabem o que aconteceu esta semana? Uma decisão da 2ª Vara do Ministério Público Federal deu três meses no máximo para que seja revista a terceirização da Atenção Básica em Porto Alegre. Nós avisamos que não podia terceirizar, somente podia serviços complementares. Se o prefeito não sabe, se o secretário não sabe o que são serviços complementares, nós vamos dizer: são serviços de segurança, de limpeza, e não a finalidade fim. Pois o prefeito enfrentou os trabalhadores, a Câmara e fez o que ele quis, beneficiando a iniciativa privada como se a saúde fosse mercadoria. E não foi só isso. O que aconteceu na educação quando veio a pandemia, ele mandou todos os estudantes para casa, não forneceu o *kit* alimentação e muito menos a plataforma do estudo remoto, ou a Internet. O que aconteceu agora no recurso com o Ministério Público Estadual, deu 15 dias para o prefeito restabelecer o estudo remoto e fornecer alimentação para as crianças ou as famílias que passaram fome e que muitas delas hoje não só estão passando fome porque receberam a cesta básica de uma infinidade de entidades que se organizaram para poder suprir isso.

Mas vou dar mais um, além do fato determinado, do pedido da investigação de ontem. Há poucos dias, o prefeito nomeou o secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte e 8, 10 dias depois o secretário nomeia uma entidade que tem o filho como presidente para cuidar de um albergue em Porto Alegre. Ora, ora, prefeito! Cometeu improbidade administrativa o secretário – isso pode ser investigado – e o próprio prefeito que, ao nomear o secretário, devia saber que não pode nem CCs, nem mesmo parentesco que preside uma entidade contratar para um serviço público, uma vez que tem parentesco até segundo grau. Está na lei, por isso o secretário pediu demissão. Ontem, então, foi mais que ilegal, foi imoral, utilizar o recurso público da saúde, do Fundo Municipal de Saúde, para publicidade e propaganda do seu governo. Não foi para anunciar uma ação da saúde, tanto é que nem o Conselho Municipal da Saúde foi consultado. Então, nesse aspecto, o prefeito vem errando constantemente; por isso, um momento ou outro, há indignação do desrespeito ao controle social, do desrespeito à Câmara e está pagando caro por isso. Eu diria que é pela falta de gestão ou uma ineficaz assessoria do prefeito. Queira que se faça justiça, e a Câmara está com todo esse procedimento, diria assim, desta comissão. Creio que é com responsabilidade

que nós, da oposição, queremos nos manifestar e votar neste momento. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Eu queria falar sobre o dia de ontem. Ontem nós aprovamos na Câmara Municipal de Porto Alegre o aceite ao pedido do *impeachment* do Prefeito Nelson Marchezan; à noite o mesmo fez um pronunciamento falando sobre o assunto e concordando que durante esta pandemia, em período de calamidade, muitos erros foram cometidos, buscando acertar. Pois bem, ontem, na minha fala, eu comentei que não acreditava que fosse um ato político esse pedido de *impeachment*, devido a tantas ações mal realizadas e por ver muitas pessoas sofrendo as consequências disto; provavelmente, em função disto, este pedido. Alguns colegas que falaram depois de mim disseram ser político, sim, até porque a Câmara é um órgão político. Eu sei que a Câmara é uma casa política, caso contrário não poderíamos nem estar votando este pedido. O que quis mencionar foi com relação às ações em si; ninguém, em sã consciência, assiste ao que estamos vivendo e passando, sem buscar soluções e responsabilidades. Quando se é gestor de uma cidade, deve-se estar pronto para prestar atendimento a todos, sem distinção e com muita transparência. Ora, este é o sexto pedido de *impeachment* do mesmo gestor, prefeito Nelson Marchezan, e vocês vêm me dizer que isso é político. Se é, não é político a cinco meses do final de um pleito, nem a três meses de uma nova eleição. Isso vem de muito tempo, de muitas tentativas de acerto; porém com muitos erros. Estou na Câmara há um ano - desde que eu cheguei enfrentei muitas pautas difíceis de serem decididas e votadas por nós, pois as mesmas impactam na vida de milhares de porto-alegrenses, como por exemplo, o PL para extinção os cobradores que impactava em 3.600 demissões diretas, fora as indiretas; o fechamento do IMESF com a demissão de 1.400 trabalhadores da área da saúde; a concessão do Mercado Público de Porto Alegre – nosso bem maior, o coração da nossa cidade, que tem uma representatividade histórica muito grande; a unificação de postos - estamos vendo as unidades básicas de saúde, neste momento de calamidade, em que precisamos de distanciamento e não de aglomerações, com falta de muitos profissionais que estão ficando doentes; a criação de uma plataforma de ensino que não está pronta ainda para atender os nossos estudantes, sendo que estamos no mês de agosto; escolas municipais sem a merenda, através de cestas básicas que foram prometidas e somente agora algumas escolas estão recebendo, para famílias carentes,

extremamente carentes; sem falar na falta de acesso à internet pela maiorias das crianças que não conseguem sequer imprimir seus trabalhos escolares; além da falta de adequação dos sistema de saúde lá no início da nossa quarentena, em que fechamos para nos adequar – essa era a promessa: vamos fechar por 40 dias para que possamos nos adequar, e isso não aconteceu. Faltam testagens desde o início dessa pandemia; leitos sendo ampliados somente agora em que estamos com 90% da capacidade das nossas UTIs lotadas; infelizmente, os médicos estão suspendendo cirurgias eletivas por falta de UTIs. Ontem mesmo soube de um caso de uma pessoa de Pelotas que está quase morrendo por não ter podido ser operada a tempo por não ter leito de UTI – só como exemplo para Porto Alegre. E, com isso, pessoas morrendo de outras doenças, além de diversas consultas canceladas. Os profissionais da saúde, pelos quais tenho um grande respeito, estão doentes, sendo afastados, com muitos mentalmente abalados pelas perdas do dia a dia dos seus colegas trabalhadores. A construção civil sem poder trabalhar, enquanto as obras públicas estão a mil. A verdade é que, dentre tudo isso que estamos vivendo, ainda teremos muita tristeza a assistir, e isso não é político, isso é real. Pois, por falta de adequação a pandemia, os erros, dos quais fala o prefeito, nossa economia parou, está morrendo - e são eles os geradores de impostos, são eles os geradores de emprego, além de sustentarem suas famílias, muitos, milhares dependem destas empresas. Vejo e ouço empresários sem saber o que fazer, em que a única opção será fechar as portas; enquanto isso, vemos mercados abertos, vendendo de tudo, e o Mercado Público de Porto Alegre segue fechado. Tudo por falta de diálogo. Só se constrói uma cidade ouvindo todos, dividindo e compartilhando ideias, só se constrói algo se dando as mãos. Há muitos erros, sim, e um dos mais graves é utilizar o dinheiro do fundo da saúde em publicidade num momento como esse em que milhões de pessoas já morreram devido a essa pandemia. Há muitos erros. Esse pedido aceito ontem trará a todos o que for correto e verdadeiro.

Se for verdadeiro, permanecerá, apesar dos recursos recebidos para a pandemia. A Câmara colabora com a Prefeitura desde sempre, temos feito pedido de informações, indicações, sugestões, doamos R\$ 10 milhões para o Fundo Municipal de Saúde, além de emendas parlamentares que são recursos extras, através dos nossos deputados das nossas bancadas para o combate ao covid-19. Encerrando, sempre buscamos o diálogo, nunca deixamos de trabalhar, desejamos que tenhamos em breve uma vacina, que possamos voltar ao novo normal, que nossa economia possa respirar e que este processo seja imparcial e esclarecedor. Todos queremos o melhor para a nossa cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, eu estou em tempo de liderança pelo meu partido, o PSOL,

portanto eu falo em nome dos colegas vereadores Roberto Robaina e Karen Santos. Eu estava terminando de analisar um relatório publicado pelo Tribunal de Contas do Estado acerca dos questionamentos que fizeram para a gestão municipal a respeito dos sérios problemas encontrados, neste momento de grave crise de saúde, em respeito as ações de insegurança alimentar para os estudantes da nossa rede municipal de ensino e com relação à oferta de educação e ensino para essas crianças e para esses jovens. Eu estou completamente apavorado com as informações repassadas e levantadas pelo Tribunal de Contas, do atendimento prestado até agora pela Prefeitura às famílias mais vulneráveis do nosso Município. Pasmem, o Tribunal de Contas fez questionamentos, isso todos nós sabemos, a Prefeitura respondeu esses questionamentos, e o relatório do Tribunal de Contas do Estado é de que no seu levantamento os dados fornecidos pela Prefeitura são mentirosos – mentirosos! Essas não são minhas palavras, são do Cezar Miola, no seu relatório. O secretário já disse para nós, vereadores, em um dos seus comparecimentos, que as famílias estavam sendo atendidas, que estavam recebendo alimentação, mas pasmem, vou ler apenas um resumo feito acerca do atendimento a essas famílias. Nas EMEFs 2.654 alunos receberam alimentos que já estavam estocados nas escolas – isso é um resumo da distribuição de alimentos de maio a junho de 2020. Foram 2.654 alunos, isso perfaz um total de 5,87% do total de alunos! Não chega a 6% de atendimento, de distribuição de alimentos, para quase 50 mil crianças que são abarcadas dentro dessa modalidade. Nas escolas conveniadas de educação infantil, 4.070 alunos receberam *kits* alimentação – 19% do total! Nas EMElas que são as nossas escolas próprias da rede municipal, 1.683 alunos, o que perfaz um total de 34,4% de atendimento. E mais um dado agregado: a FASC fez distribuição, através dos seus centros locais, os CRIPs, e ofereceu a 2.500 alunos, o que perfaz um total de 36% dos que procuraram as instituições regionais, os conselhos regionais, o que seriam as prefeituras locais. Ou seja, daqueles que procuraram, daquelas famílias que estavam passando fome, nós não tivemos um atendimento de 40%! E com a maior cara de pau o prefeito comparece à Câmara de Vereadores e argumenta, com todas as palavras, que está prestando atendimento, que as famílias que estão buscando alimentação estão recebendo. O secretário faz comparecimento e afirma também categoricamente que está prestando atendimento. Atendimento para quem? Esse atendimento não chegou a 40% das crianças, as crianças estão passando fome, coisa que todos nós, vereadores, estamos apontando desde o início desta crise. E esta gestão inoperante está fazendo as pessoas passarem necessidade, tendo que se humilhar, implorando alimentação e recorrendo a instituições não governamentais, pois somente a solidariedade do povo porto-alegrense está salvando essas pessoas da morte por inanição, porque quem deveria responder por isso, que é o Executivo, o prefeito Nelson Marchezan Júnior se omite, como se omite em diversos pontos importantes no gerenciamento desta capital. Um grande abraço a todos e me desculpem, mas a emoção toma conta de mim ao falar de um assunto tão sensível, que é crianças passando fome no Município de Porto Alegre, e a Prefeitura gastando com publicidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu nem iria comentar o *day after*, o dia depois, mas agora, neste momento, lendo o jornal Zero Hora *on-line*, está lá o Sr. Prefeito Marchezan dizendo e classificando de patética a votação de ontem na Câmara. Olha, a Câmara de Vereadores, ontem, por 31 a 4, não aprovou o *impeachment* do Sr. Prefeito, nós aprovamos a possibilidade de investigá-lo. Aí, em vez de ir à imprensa, como foi ao jornal Zero Hora, dizer que a atuação foi patética, porque não foi dizer: Olha, eu fui apontando pelo Tribunal de Contas por causa disso, pelo procurador de contas por ter tirado dinheiro do fundo de saúde para fazer propaganda, mas eu vou aproveitar essa oportunidade e vou comprovar que eu não errei, vou comprovar que eu estou correto, que há um equívoco do Tribunal de Contas. Não, ele, como sempre, pretencioso, arrogante, em vez de dizer que vai se defender, que a Câmara deu essa oportunidade a ele para se defender, porque pode chegar lá na frente, no final desses 90 dias, e muitos de nós, inclusive eu, que votamos para abrir essa investigação, podemos votar contra o *impeachment*, se for o caso. Então, ele não tem relação, ele não tem a conversa: ah, é patético, Sr. Prefeito; é patético ter que investigar aquilo que o Tribunal de Contas apontou e muitas pessoas dizem que a gente faz politicagem, porque faltam só três, quatro meses para a eleição. Bom, quer dizer que, se eu cometer agora um crime eleitoral, for para as vilas comprar votos através de cesta básica, quer dizer que o TRE não pode fazer nada com o Ver. João Bosco porque faltam três, quatro meses apenas para a eleição? Outra coisa, eu respeito os meus colegas da imprensa, tanto que não respondo a nada, agora é não conhecer o funcionamento da Prefeitura internamente, da Câmara internamente, e as atitudes do sr. prefeito com a Câmara, para dizer que votamos para abrir a investigação porque cinco do PTB apoiam o Fortunati, porque três do PSOL apoiam a Fernanda, porque três do PDT apoiam a Juliana. Mas é óbvio! Nós somos de partidos diferentes, nós vamos apoiar os nossos candidatos. E dizer que votamos para investigar porque ele não liberou as emendas impositivas, mas ele deveria ser cassado por isso também porque todos os 36 vereadores, como manda a lei, cada um colocou 600 mil reais para a saúde. O Ver. Ricardo Gomes botou dinheiro para comprar respirador, e o prefeito não comprou; o Ver. Paulo Brum botou 600 mil reais no Hospital da Restinga para um mamógrafo especial para que a pessoa com deficiência possa fazer os exames, e o prefeito não fez; eu botei dinheiro na Santa Casa, botei dinheiro na Clínica Esperança; outros vereadores, no Pronto Socorro. Mas por que esse dinheiro da saúde está represado lá, e nós que somos os culpados? Por favor! Isso não tem politicagem. Tem política? Claro, somos vereadores, é uma casa política. Agora quem fez e denunciou foi o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público de Contas, e não importa se faltam três meses, quatro meses, se durante esses quatro meses, ele não fez o que tinha que fazer para preparar a cidade para combater a pandemia, fechou quando não tinha que fechar, abriu quando não tinha que abrir, fechou de novo quando não tinha que fechar, abriu de novo quando não poderia abrir,

não conversou com ninguém. Agora, nada disso que estou dizendo aqui - vou repetir o que já disse outras vezes; o prefeito é uma pessoa que compactua com a certeza disso. Agora, se ele foi atrás de quem deu o parecer dizendo que podia tirar dinheiro do Fundo Municipal de Saúde para fazer propaganda do seu governo e não educacional da saúde, bom, aí, ele é um gestor. Fui secretário da Copa, fui secretário de esportes, graças a Deus, nunca tive um único apontamento, nem do Ministério Público nem do Tribunal de Contas, nem da Controladoria da Prefeitura, mas se algum funcionário tivesse feito alguma bobagem, eu, obviamente, ia responder como gestor público, que é o que está acontecendo com o Sr. Prefeito. Então, Sr. Prefeito, não é patético, esse é o momento de o senhor dizer o seguinte: vou me defender e vou comprovar. Nós vamos analisar; se estiver tudo bem, não tem *impeachment*, não tem afastamento. É isso, Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras; um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver^a. Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, boa tarde vereadoras e vereadores. Como bem disse o Ver. Bosco, *day after*. Já participei de tantos trabalhos semelhantes; normalmente, quem foi denunciado, esteve envolvido, aguardava a conclusão sem manifestação pejorativa, mesmo por que estamos investigando uma denúncia que não é somente de três pessoas, se olharmos o pedido de avaliação desse *impeachment*, a denúncia feita, muitas outras pessoas que se inscreveram, não se sabe se são comerciantes, quem são. Então, não podemos subestimar também as pessoas que fizeram esse trabalho, buscando o Legislativo para averiguar. Nós não vamos prevaricar sabendo que algo não está correto e, simplesmente, porque é um prefeito de uma cidade - os vereadores de nenhuma cidade devem fazer isso. Então, como nós queremos concluir um mandato sem nenhum problema, é lógico que nós assinamos para fazer essa averiguação. Eu não vi ainda essas ofensas do Sr. Prefeito, mas se eu fosse dar um conselho e se estive à minha altura, diria para o prefeito esperar e não ficar alardeando porque, na esfera administrativa, é muito fácil um gestor se enredar porque são muitos atos que assina, tem muitos gestores subordinados e, para não se envolver mais em outras, vamos dizer, investigações internas, de repente outras denúncias, e nós temos ainda na Casa uma CPI, cujo presidente é o ver. Robaina, e o relator, que gostaria de ter sido na época, ficou sendo o Professor Wambert. Então, eu acho que é oportuno também sair esse relatório da sindicância anterior e assim se cruzar, de repente, os dois resultados, com o da comissão que está averiguando. Lamento profundamente que a desconsideração – eu não tinha acreditado muito que era nesta linha - dos vereadores que são eleitos por todos os segmentos da cidade, 36 vereadores. Então, pessoas que fazem um tipo de imprensa estão desesperadas, defendendo o que nem sabem que vamos decidir ainda, tentando nos rotular de políticos. Fazemos, sim, políticas, temos que fazer, nós somos políticos,

mas política com isenção é o que certamente sairá desta Câmara no resultado final. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente, só para orientar o plenário sobre que eu falei. O que está escrito no jornal Zero Hora, declaração do Sr. Prefeito, olha só: “Patético que nem o prefeito que sugeri o ozônio.” E ainda nos comparou com o prefeito que é chacota nas redes sociais. Eu só queria que o plenário tivesse conhecimento disso.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol, quero saudar os colegas vereadores, público que está nos assistindo. Ver. Bosco, eu acho que essa manchete diz muito sobre o quão a sério dá para se levar muito das manifestações recentes que têm sido veiculadas. Eu estava ouvindo as manifestações dos colegas sobre o dia de ontem, prestei atenção hoje em todas as manifestações que eu pude nos diversos veículos de imprensa, não só do prefeito como também do nosso colega Mauro e de demais vereadores nas suas redes sociais. Eu acho que tem uma coisa que talvez não tenha ficado tão clara ontem no processo de votação da admissibilidade de *impeachment* do prefeito e que é importante deixar claro. Estou vendo muita gente questionar se o momento é oportuno ou não, se tem o cunho político eleitoreiro, e das possibilidades que a Câmara teria para fazer de outra forma a investigação das denúncias. Primeiro, acho que fui contemplado pelas falas dos colegas sobre o caráter político. Essa é uma casa política, obviamente, e se fosse um processo meramente técnico, o Judiciário decidiria e não a Câmara Municipal. Então, como a Câmara está fazendo isso, é logicamente um processo político. Me chama atenção a fala do prefeito quando ele se coloca num patamar superior a todos os demais representantes da população de Porto Alegre. Ele, na sua fala, dá a entender que todos os demais estão fazendo politicagem; como se ele não fosse, talvez, um dos mais interessados em fazer politicagem, em fazer pré-campanha eleitoral, afinal de contas, esse é um dos objetos da denúncia do processo de *impeachment*, de ele ter feito mal-uso, com fins eleitorais, de verba pública, em meio à pandemia. Então, não só o momento é oportuno, porque se trata justamente de uma denúncia ocorrida durante a pandemia que, segundo a lei, deve ser tratada tão logo chegue a denúncia à Câmara, como também o prefeito não está acima de nenhum outro vereador, de nenhum outro pré-candidato à Prefeitura. E eu falo aqui em nome de um partido que não vai ter candidato à Prefeitura, que não está interessado na eleição do Executivo, mas, sim, vai estar disputando a eleição no Legislativo. Eu não votei, enquanto independente, por conta da eleição, por conta de política; aliás, eu acompanhei o prefeito em mais de 80% dos projetos do governo, votando a favor e defendendo, porque achava que os projetos eram bons. Critico sempre

que acho necessário e voto contra quando eu acho que precisa votar contra, como foi o caso do IPTU. Agora, um ponto importante sobre a Câmara ter outras formas de investigar e que ficou alheio no debate foi o seguinte: nós instalamos uma CPI após a recusa do último pedido de *impeachment*, no ano passado, porque nós recusamos o pedido de *impeachment* por um ou dois votos e alguns dos votos necessários para a abertura foram convencidos a não abrir porque nós abriríamos a CPI. Abrimos a CPI, e o que fez o governo? Foi lá e mexeu nos blocos partidários, manipulou os blocos partidários para ter maioria na CPI, conquistar a relatoria e depois ainda decidir quais requerimentos aprovariam ou não para a investigação. Obstaculizou em inúmeras ocasiões o andamento da própria CPI. Além disso, nós temos os mais de 50 pedidos de informações, postos por diferentes vereadores de diferentes partidos, e aí eu me incluo, que estão com prazos vencidos, alguns deles são de 2019, e a Prefeitura os ignora. Como a Câmara vai fazer seu trabalho de fiscalização se, através de outras ferramentas já tentadas, não obtiveram sucesso? Então fica muito difícil; eu não quero dizer que isso justificaria o pedido de *impeachment*; a admissibilidade, foram as denúncias lá postas que justificaram, foi a necessidade de esclarecimento que justificou. Por isso faço questão de colocar esse adendo aqui na fala dos demais colegas, contemplando também a indignação e a manifestação de muitos outros vereadores, os quais eu cumprimento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Camozzato. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente. Quero aqui, neste momento, seguir na análise do *day after* ou do dia seguinte, pois os colegas aqui já se pronunciaram, tanto em liderança, quanto em Comunicações. Eu creio que o primeiro ponto, Ver.^a Cláudia, que nós precisamos sempre afirmar é que todas as decisões sobre as nossas vidas e a vida de qualquer cidadão são decisões políticas que são tomadas, refletindo no dia a dia. No momento em que o Presidente da República faz um pronunciamento público, ele e seus filhos senadores, contestando, desqualificando a República Popular da China que é a maior parceira comercial do Brasil e que influencia negativamente na nossa balança comercial, é uma atitude política. No momento em que o nosso prefeito municipal, por decreto, resolve romper ou suspender todos os convênios com as escolas infantis municipais de Porto Alegre e todas as entidades assistenciais, é uma decisão política, e a consequência são famílias desprotegidas. No momento em que esta Casa aceitou um decreto legislativo, anulando aqueles decretos do prefeito que romperam os convênios com essas entidades, nós tomamos uma decisão política. No momento em que o prefeito não está cumprindo o decreto legislativo, e continua não pagando o que deveria pagar às escolas infantis e às entidades sociais, ele está tomando uma decisão política. No momento em que o prefeito resolve pegar R\$ 37 milhões do recurso público municipal para comprar a RBS e outros para que falem bem dele e mal de nós, é uma decisão política do prefeito municipal. Eu quero dizer aqui ao

nosso Presidente; Sr. Presidente, nós não vamos colocar nenhum centavo na imprensa para que eles falem bem de nós. Se eles quiserem falar a verdade sobre os debates, que nos consultem, que analisem o que estamos falando e deem oportunidade ao contraditório. Portanto, nós não precisamos que, dentro da pluralidade política dos 36 vereadores, não possamos aqui fazer as análises necessárias da vida da cidade.

Quero aqui desejar ao Ver. Alvoni Medina, ao Ver. Hamilton Sossmeier e ao Ver. Ramiro Rosário que tenham tranquilidade e capacidade de fazer a análise, representando a todos nós, desta denúncia que foi apresentada, e façam uma investigação e não cedam às pressões do Executivo por troca de alguns cargos para facilitar um ponto de vista. Portanto, que nós possamos analisar aqui uma peça feita por esses colegas, por quem temos a maior confiança, para mostrar a possibilidade do contraditório do Sr. Prefeito neste momento.

Então, Ver. Ramiro Rosário, que foi um dos sorteados e que, ontem, no seu pronunciamento disse que isso é coisa da oposição; não, nós, da oposição, desde o primeiro dia fomos oposição, nós fomos eleitos para sermos oposição, mas nós votamos inúmeras vezes, Presidente Reginaldo Pujol, juntos com o governo em projetos que entendemos que eram bons para a cidade de Porto Alegre. Bom, agora neste momento, como disse o Ver. Ramiro Rosário, “Vai lá ver se a Manuela d’Ávila não está feliz, batendo palmas, porque vocês estão aprovando...” Bem, nós preferimos que, com a nossa candidata Manuela d’Ávila, se possa dar o *impeachment* ao prefeito nas urnas também, porque acho que a análise melhor que se pode ter numa cidade é quando a população opta pelo melhor caminho a ser seguido, mas as informações e a prestação de contas têm que vir com clareza.

Encerro mencionando o que já dizia o meu, pai, colono lá no interior de Santa Maria: “Onde tem fumaça, tem fogo.” Vamos verificar a origem desse fogo. Portanto, uma investigação, quem não teme não deve. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Transcorrido o período de Grande Expediente sem pronunciamentos.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0203/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/20, que inclui o art. 19-A na Lei Complementar nº 790, de 10 de fevereiro de 2016. (Processo eletrônico/prazo) (SEI 118.00094/2020-42)

PROC. Nº 0229/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/20, que institui a Política Municipal de Logística Reversa dos Resíduos Originários de Embalagens (PML-RE) de papel, plásticas, metálicas, de vidro e de multicamadas e similares. (SEI 118.00119/2020-16)

PROC. Nº 0533/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 233/19, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que revoga a Lei nº 12.183, de 27 de dezembro de 2016 – que estabelece, em estacionamentos de prédios em que são prestados serviços públicos no Município de Porto Alegre, a reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) de suas vagas para visitantes. (SEI 040.00059/2019-86)

PROC. Nº 0227/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 013/20, que institui o Sistema de Avaliação Municipal de Educação Básica (SAMEB-POA). (SEI 118.00116/2020-74)

PROC. Nº 0233/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 014/20, que dispõe sobre a responsabilidade dos estabelecimentos públicos e privados que dispensam medicamentos de uso humano e veterinário no município de Porto Alegre. (SEI 118.00121/2020-87)

PROC. Nº 0234/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 015/20, que institui Política Municipal para Logística Reversa de Lâmpadas, Eletroeletrônicos, Pilhas e Baterias no município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 118.00122/2020-21)

PROC. Nº 0235/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 016/20, que institui Política Municipal para Logística Reversa de Pneus (PMLRP) no município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 118.00123/2020-76)

PROC. Nº 0026/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA). (SEI 022.00015/2020-16)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Assim sendo, dou como concluso os trabalhos desta sessão ordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre, e convoco os Srs. Vereadores para que na próxima segunda-feira, às 14h, horário regimental, estejam presentes para mais uma sessão

ordinária do Parlamento de Porto Alegre. Obrigado pela presença de todos, pela colaboração, e, sobretudo, pela forma com que procuraram colocar as suas posições respeitando os tempos estabelecidos no Regimento Interno da Casa. É uma satisfação para mim presidir os trabalhos em que V. Exas. são os participantes. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h31min.)

* * * * *